

DOSSIÊ

A CULTURA DO ESTUPRO ENTRA NA PAUTA:

a disputa de sentidos entre jornalismo e leitores do Diário Gaúcho

Copyright © 2018
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

PÂMELA CAROLINE STOCKER

Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre – RS, Brasil
ORCID: 0000-0001-9294-3695

SILVANA COPETTI DALMASO

Centro Universitário da Serra Gaúcha, Caxias do Sul – RS, Brasil
ORCID: 0000-0001-5097-0660

DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1025>

RESUMO - A partir do entendimento do jornalismo como gênero discursivo (Benetti, 2008) que contribui para manter os valores consensuais da sociedade (Hall et al., 1993), este artigo analisa o discurso dos leitores sobre a reportagem do jornal Diário Gaúcho, publicada na internet em junho de 2016, que aborda o assédio urbano a mulheres. Com aporte teórico dos estudos feministas pós-estruturalistas e por meio da Análise de Discurso (AD), foram examinados 201 comentários e identificados quatro núcleos de sentido: culpabilização da vítima, naturalização do assédio/instinto, relativização do assédio e desqualificação do jornalismo. Tais sentidos mostraram que o discurso desses leitores opera para a cristalização das construções histórico-culturais sobre gênero e papéis sociais reservados ao feminino e ao masculino, o que justifica e ressalta a importância de abordagens jornalísticas que rompam com os tradicionais mapas culturais de significado.

Palavras-chave: Jornalismo. Gênero. Leitores. Discurso. Diário Gaúcho.

LA CULTURA DE LA VIOLACIÓN ENTRA EN LA PAUTA: la disputa de sentidos entre periodismo y lectores del Diário Gaucho

RESUMEN - A partir de la comprensión del periodismo como género discursivo (Benetti, 2008) que contribuye a mantener los valores consensuados de la sociedad (Hall et al., 1993), este artículo analiza el discurso de los lectores sobre el reportaje del periódico Diário Gaúcho, publicado en internet en Junio de 2016, que aborda el acoso urbano a las mujeres. Con aporte teórico de los estudios feministas post-estructuralistas y por medio del Análisis de Discurso (AD), se examinaron 201 comentarios y cuatro núcleos de sentido se identificaron: culpabilización de la víctima, naturalización del acoso/instinto, relativización del acoso y descalificación del periodismo. Tales sentidos mostraron que el discurso de estos lectores opera para la cristalización de las construcciones histórico-culturales sobre género y papeles sociales reservados al femenino y al masculino, lo que justifica y resalta la importancia de enfoques periodísticos que rompan con los tradicionales mapas culturales de significado.

Palabras clave: Periodismo; Género; Lectores. Discurso. Diário Gaúcho

THE CULTURE OF RAPE IS DEBATED: the discord of meanings between journalism and Diário Gaúcho readers

ABSTRACT - From the understanding of journalism as a discursive gender (Benetti, 2008) which contributes towards maintaining consensual values in society (Hall et al, 1993), this article analyzes the discourse of readers on news stories from the Diário Gaúcho newspaper, published on the internet in June, 2016, addressing assaults on women in the city. Using post-structuralist feminist studies and the Discourse Analysis (DA) as theoretical support, 201 comments were examined, identifying four nuclei meanings: blaming the victim, naturalizing assault/instinct, relativizing assault and disqualifying journalism. These meanings were evidence of the discourse from these readers going towards crystallizing historical-cultural constructions on gender and social roles of men and women, justifying and emphasizing the importance of journalistic approaches that break from traditional cultural maps of meaning.

Key words: Journalism. Gender. Readers. Discourse. Diário Gaúcho.

1 Primavera feminista: o gênero entra em pauta

Os avanços históricos decorrentes da luta das mulheres pela independência, liberdade e igualdade de direitos transformaram as estruturas sociais, modificaram a cultura e trouxeram à tona novas formas de pensamento sobre os papéis de homens e mulheres na sociedade. Apesar das inúmeras conquistas, o machismo estrutural, a violência e a desigualdade de gênero ainda persistem e são disseminados das mais diversas formas.

No Brasil, o ano de 2015 foi especialmente emblemático para as causas feministas. A eclosão do movimento de mulheres organizadas contra a violência, a discriminação e o preconceito de gênero perpetuado pelo machismo teve a internet como meio de mobilização e visibilidade. Páginas e grupos do Facebook transformaram-se em espaços de compartilhamento de experiências, discussões e ativismo social. A campanha “#primeiroassedio”, lançada pelo coletivo feminista *Think Olga*¹ destacou-se nas redes sociais e deu visibilidade aos relatos de milhares de mulheres que passaram por situações de abuso. O movimento “Chega de Fiu-Fiu”, organizado pelo mesmo coletivo, também chamou a atenção para a cultura machista e as situações de assédio do cotidiano. Surge ainda a iniciativa “Vamos Juntas?”, que também mobilizou o debate sobre a violência, estimulando a sororidade feminina em todo o Brasil.

Para além da internet, projetos de lei propostos por parlamentares da ala conservadora do Congresso, com o intuito de dificultar o acesso

ao aborto em caso de estupro, também levaram milhares de mulheres às ruas de São Paulo em 2015. Além disso, na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do mesmo ano², o pensamento da filósofa Simone de Beauvoir provocou forte debate sobre gênero, trazendo à discussão as construções e consensos relacionados aos papéis de homens e mulheres na sociedade. A pauta feminista abre frestas em diversos veículos da mídia tradicional e, em maio de 2016, as discussões sobre “cultura do estupro” ocupam o centro do debate após o caso da adolescente de 16 anos que sofreu estupro coletivo no Rio de Janeiro (RJ). Segundo a ONU Mulheres³, o termo “cultura do estupro” é usado “para abordar as formas como a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens”. A expressão, surgida nos anos 1970, foi cunhada pelo movimento feminista para indicar um ambiente cultural que naturaliza esse tipo de crime por meio de normas, valores e práticas em que algumas violências em relação à mulher são aceitas e autorizadas pela sociedade.

Esse momento histórico de mobilizações sociais e ativismo feminista na internet e nas ruas, nomeado por alguns veículos de comunicação como a “Primavera das Mulheres” ou “Primavera Feminista”, é perpassado pela resistência e enfrentamento coletivos à cultura machista, pela manutenção de direitos adquiridos e por mais avanços nas legislações relacionadas às questões de gênero. Para a historiadora Margareth Rago (2004), o feminismo, que é reconhecido hoje como um dos maiores e mais bem-sucedidos movimentos do século XX, se reconfigura e se amplia neste século, atingindo setores muito jovens da população, no Brasil e em outros países. Esse novo cenário afeta as instituições, entre elas o jornalismo, que começa a introduzir em suas pautas e abordagens novos mapas de significado ligados às questões de gênero e feminismo.

O jornalismo como instituição social e produtor de relatos do tempo presente (Franciscato, 2005) acompanha as transformações da sociedade e os debates públicos que se estabelecem sobre temas controversos. As questões ligadas aos papéis de gênero ainda se inserem no campo dos dissensos sociais, pois envolvem valores, crenças e hábitos naturalizados e construídos culturalmente. Por isso, os movimentos e iniciativas contemporâneas de caráter feminista que ocupam as ruas e os espaços da internet chamam a atenção da sociedade e, conseqüentemente, da agenda do jornalismo.

Este artigo parte do pressuposto de que o jornalismo funciona como um gênero discursivo particular (Benetti, 2008), além de ser um

dos responsáveis pela construção dos consensos da sociedade (Hall et. al., 1993; Traquina, 2002). O foco do estudo recai sobre a reportagem intitulada “Por que ‘secar’ uma mulher na rua transforma uma simples caminhada em constrangimento”, publicada na página do jornal *Diário Gaúcho* (DG) na internet, no dia 2 de junho de 2016. Sabe-se que, quando um enunciado rompe a lógica e a regularidade da produção de sentidos do senso comum, as reações do público, acostumado a um tipo de discurso próprio do veículo jornalístico, são fortes e imediatas.

Com a gradual democratização e estabelecimento de espaços de interação no âmbito do webjornalismo, local onde o enunciado do DG e os comentários dos leitores tomaram forma, o envolvimento da audiência no acompanhamento dos conteúdos é primordial (Bruns, 2014), configurando o jornalismo como elemento propiciador de debate público (Carvalho & Mitozo, 2016). A velocidade e a simultaneidade dos processos de produção e distribuição das notícias na internet, e a facilidade de acesso do público aos conteúdos alteraram a rotina de consumo de produtos noticiosos (Bradshaw, 2014). O consumo se torna ininterrupto, imediato e instantâneo, consolidando a interatividade como um dos traços distintivos do webjornalismo (Canavilhas, 2014). A participação ativa da audiência (Masip et. al., 2015), que comenta, opina e “conversa” com o texto da notícia e com os demais leitores nos websites é incorporada às práticas discursivas do jornalismo.

A reportagem sobre o assédio, uma temática social controversa, pouco problematizada e quase sempre tangenciada pelo jornalismo apesar de sua importância, resultou em uma expressiva manifestação dos leitores, que se posicionaram majoritariamente contra a abordagem da temática pelo jornal. O objetivo desse artigo é, por meio da Análise de Discurso de linha francesa (AD), mapear os principais núcleos de sentido presentes nos 201 comentários contrários à veiculação e ao posicionamento da reportagem do DG e problematizar os principais argumentos acionados pelos leitores para deslegitimar os novos mapas de significado colocados em circulação.

2 Jornalismo e construção social da realidade

Este estudo compartilha da perspectiva do jornalismo como instância social construtora da realidade. Os veículos jornalísticos, por meio da atividade discursiva, tornam conhecidos os acontecimentos (Alcina, 1989), produzindo, assim, realidades moldadas a partir do olhar

particular e das técnicas constituintes do fazer profissional do jornalista. As notícias são tomadas pelas pessoas como discursos verdadeiros sobre fatos da realidade (Guerra, 2008), o que confere legitimidade e confiabilidade ao que o jornalismo relata. Essas ocorrências reais constituem a base utilizada para a construção do discurso jornalístico: “O que é noticiado pelos jornais tem uma âncora no real, é recebido pelo público como expressão do fato real reportado” (Guerra, 2008, p. 57).

Como instituição social, produtora de relatos do tempo presente, o jornalismo está entranhado no ambiente histórico e social em que atua (Franciscato, 2005). Ao mesmo tempo em que influencia e modifica seu entorno, também é influenciado e modificado por transformações e tendências sociais da contemporaneidade: “O jornalismo, por seu imperativo de produzir um relato sobre o tempo presente, é afetado por novos fluxos de informação, hábitos de leitura e interação social, tendo que redefinir seus modos de atuar socialmente” (Franciscato, 2005, p. 165). A atualidade e a novidade impõem-se, assim, como pilares do fazer jornalístico que o conectam com o seu tempo e sua época.

Na construção diária que faz da realidade, o jornalismo recorre a estereótipos e ideias do senso comum que condicionam a interpretação dos leitores. Desse modo, a percepção dessa realidade construída é influenciada pelos conceitos antecipados que o público possui sobre as coisas do mundo (Gomis, 2004). Os acontecimentos, que em si ocorrem de forma desordenada e caótica, são enquadrados, identificados e contextualizados pelo jornalismo para adquirirem significado; ou seja, eles “farão sentido” quando inseridos em um âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais, em enquadramentos “que derivam, em parte, desta noção de *consenso* enquanto característica básica da vida cotidiana” (Hall et al., 1999, p. 227). Contudo, os pontos de vista que são “consensuais” na sociedade, coerentes com mapas de significado já traçados no mundo social e que são reproduzidos pelo jornalismo, coexistem com suas formas opostas. Os discursos que envolvem as noções de consenso estarão sempre embutidos na narrativa jornalística conectando-se, de forma conflitiva ou não, com as expectativas e visões de mundo dos leitores. Como relembra Schudson (2010, p. 108), “As notícias se prestam, principalmente, a criar para os leitores experiências de satisfação estética que os ajudem a interpretar suas próprias vidas e relacioná-las à nação, cidade ou classe a que pertencem”. Essas experiências criadas e relatadas pelo jornalismo podem, por vezes, provocar fissuras nos valores consensuais e nas expectativas dos leitores. A reportagem do *Diário Gaúcho* sobre assédio urbano é um exemplo de

como o discurso jornalístico pode abrir brechas nos mapas de significado e dar visibilidade a outros olhares, neste caso, envolvendo as relações de poder e construções imaginárias sobre os papéis de gênero.

Abordar os tensionamentos que decorrem da naturalização social e cultural das identificações associadas ao gênero e confrontar pensamentos e disposições contrários advindos do discurso do leitor são atribuições esperadas do jornalismo. É importante apontar que o construcionismo pensa a realidade como um produto da ação humana (Guerra, 2008), de modo que as “realidades” emergem a partir de diferentes interpretações que dependem da perspectiva do sujeito que interpreta as ocorrências. Desta forma, a realidade está impregnada dos valores morais, sociais e culturais do indivíduo que nela age. “Em síntese, a realidade é a materialização de interesses e valores objetivados de uma sociedade que tem expressão máxima nas suas instituições, como a família, a propriedade, o estado... e a imprensa” (Guerra, 2008, p. 5). As ideias, pensamentos e opiniões que circundam os papéis de gênero desenham uma realidade específica que contextualiza e atua sobre os sentidos produzidos pelo discurso do jornalismo e dos leitores acerca desses papéis.

3 Gênero, linguagem e produção de sentido

A atribuição de determinados papéis sociais e de gênero a homens e mulheres é instituída socialmente por meio de disposições e práticas acionadas historicamente. Essas identidades são voláteis e construídas com o auxílio da linguagem, fazendo com que os sujeitos se construam como masculinos e femininos. Além de transmitir e expressar relações de poder, a linguagem usada no cotidiano auxilia e colabora na sua produção e instituição. Por isso, importa compreender o poder não como uma entidade estável garantida por um polo, mas sim como uma rede de relações em atividade constante; ele é exercido pelos sujeitos e tem efeitos sobre suas ações:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (Louro, 2003, p. 41).

O conceito de gênero surge na década de 1960 a fim de enfatizar o caráter social e histórico das relações e diferenciar os processos que

constituem os indivíduos como masculinos ou femininos, até então naturalizados e explicados somente pela biologia. Mais do que uma simples categoria analítica, o conceito procura demarcar que as desigualdades entre homens e mulheres ao longo da história não resultavam de um ato único, e sim de uma série de ações e construções sociais. Para Miriam Pillar Grossi (1998), o papel de gênero diz respeito à construção social e vai depender da ideologia de cada lugar e época para se concretizar. Já a noção de identidade de gênero é individual, construída com base na vivência de cada sujeito em determinada sociedade.

A codificação de gênero se expressa na organização social por meio de diferentes instâncias de poder, mesmo que nem sempre de forma explícita. “As estruturas hierárquicas dependem de compreensões generalizadas das, assim chamadas, relações naturais entre homem e mulher” (Scott, 1995, p. 91). A linguagem é um dos caminhos que permite compreender como os gêneros são dotados de sentido e os desdobramentos disso nas relações de poder e saber. As naturalizações acerca de sexo, gênero e sexualidade e as formas como esses marcadores sociais se estabeleceram nas convenções sociais podem ser desconstruídas quando se resgatam os modos como estas construções foram operadas na cultura, por meio de discursos que orientam os padrões e normas sociais vigentes (Veiga da Silva, 2014). O conceito adotado neste trabalho concebe gênero como categoria analítica e teórico-epistemológica, capaz de auxiliar na reflexão a respeito dos modos como as convenções sociais sobre o masculino e o feminino são produzidas e operam na sociedade. Conforme Aline Bonetti (2007, p. 217), gênero pode ser tomado como “um princípio fundante e constitutivo do social, impregnado pelo conceito de poder”.

Os discursos de autoridade, como da ciência, da igreja, da moral e da lei identificam, classificam, dividem, regram e disciplinam as formas de ser e estar no mundo. Mais do que isso, os conhecimentos sobre gênero e sexualidade são dimensões tidas como essenciais, seguras e universais, que “não podem/ não devem ser afetadas ou alteradas” (Louro, 2004, p. 23). Cabe lembrar que outros marcadores como classe e raça também estão articulados a regimes políticos de poder e saber formulados no âmbito do pensamento dominante, subordinados às normas sociais hegemônicas até hoje tomadas como “naturais”. O estudo do gênero como categoria epistemológica propicia uma reflexão “sobre os modos como as convenções sociais sobre o masculino e o feminino são produzidas, associadas a distintas formas de relações de poder e os modos como estas convenções produzem hierarquias e desigualdades” (Veiga da Silva, 2014, p. 80).

Nessa medida, como alerta Guacira Lopes Louro (2003), é preciso atentar para o poder da linguagem, que atua tanto instituindo relações e posições de sujeito, como também produzindo e fixando diferenças. A naturalização de ideias sobre os papéis de gênero e as práticas que decorrem da cultura, como o assédio urbano, por exemplo, constituem os discursos de sujeitos que ocupam um lugar social e histórico e que estão sempre em relação com outros sujeitos e discursos. Esse contexto e todos os processos e condições de produção da linguagem devem ser considerados pelo analista de discurso, que irá identificar, analisar, interpretar e mesmo avaliar criticamente tais construções, como veremos a seguir.

4 Análise de discurso e a interação texto-leitor

Para que algo possa ser dito em determinado momento da história, é preciso que estejam dadas as condições para sua aparição, existência e circulação. Em outras palavras, segundo Foucault (1971), as possibilidades do discurso são reguladas e regulamentadas por uma “ordem do discurso”, em que cada enunciado é entendido como um bem que tem regras de aparecimento, condições de apropriação e de utilização.

A abordagem da temática do assédio por um jornal de grande circulação como o *Diário Gaúcho* acontece nesse momento histórico porque estavam dadas as possibilidades de aparição e circulação desse discurso. O cenário e o contexto social mencionados na abertura deste artigo fizeram com que este e outros enunciados relacionados encontrassem condições para irromper. Vale lembrar que, em fevereiro de 2016, o caso das alunas da escola Anchieta⁴, de Porto Alegre, que protestaram pelo uso de shorts no ambiente escolar, ganhou visibilidade e espaço na mídia de todo o Brasil, trazendo à tona discussões sobre assédio, machismo, objetificação e sexualização do corpo feminino. Mais tarde, no final de maio, como já dito, a discussão sobre cultura do estupro ganha espaço na mídia após o caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro⁵. A presença destas discussões na esfera pública e as brechas abertas para abordar a temática de gênero na grande mídia colocaram em circulação estes enunciados, dando condições para que novos mapas de significado surgissem no espaço jornalístico. O conjunto dessas irrupções, a regularidade desses acontecimentos discursivos e destes enunciados que “falam a mesma coisa”, revela uma positividade que desempenha o papel do que Foucault (2007, p. 146) chamaria de

a priori histórico, uma combinação de regras que caracterizam uma prática discursiva em determinado espaço-tempo.

A Análise de Discurso (AD) como método permite a identificação dos sentidos do discurso, reconhecendo a historicidade de seus sujeitos e as circunstâncias da interação. Desse modo, os sentidos de um discurso não são literais, presos ao texto, mas sim construídos entre os sujeitos da interlocução, produzidos na relação entre esses interlocutores, constituindo-se em um processo intersubjetivo e dialógico. A AD irá atuar como organizadora de gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido, visando a compreender estes sentidos produzidos por um objeto simbólico (Orlandi, 2007). As notícias constituem-se de traços históricos e sociais que fazem parte de seu processo de significação; é no processo de interação entre o texto da notícia e o leitor que serão produzidos os sentidos passíveis de serem interpretados.

Assim como o sujeito que enuncia no discurso noticioso, o sujeito-leitor também é condicionado por sua historicidade e subjetividade. Ao ler uma notícia, “ao significar, um leitor mobiliza suas histórias de leituras, relacionando o texto lido a outros textos já conhecidos” (Mariani, 1999, p. 106); ou seja, o sujeito do discurso não se manifesta com plena liberdade, pois ele é assujeitado pelas condições históricas, pela cultura e pela ideologia de uma realidade específica (Benetti, 2016); daí a importância de compreender como se articulam os sentidos construídos no texto e a exterioridade desses condicionamentos. De acordo com Marcia Benetti (2016), o texto apresenta uma camada discursiva, mais visível, e outra que pode ser chamada de ideológica, pois trata da forma como os sentidos são atribuídos e tomados, muitas vezes, como naturais ou verdadeiros. Em acordo com os postulados da AD, optou-se neste artigo por uma abordagem metodológica de análise dos sentidos construídos pelo discurso dos leitores com atenção à relação que os marcadores discursivos estabelecem com componentes culturais e ideológicos.

5 O assédio entra em pauta no *Diário Gaúcho*

Maior jornal popular em circulação da região Sul e o terceiro maior do país, o *Diário Gaúcho* conta com uma audiência de 1.129.000 leitores, 101 mil visitantes diários e 5,6 milhões de *pageviews* em seu site⁶. Descrito pelo Grupo RBS⁷, conglomerado de mídia do qual faz

parte, como “um veículo dedicado a fornecer conteúdo de qualidade para as classes populares do RS”, está há 15 anos no mercado.

No dia 2 de junho de 2016, o *Diário Gaúcho* publicou em sua edição online uma matéria sobre assédio a mulheres na rua. O jornal acompanhou a estudante do curso técnico de enfermagem, Raquel Sampaio (Figura 1), pelo centro de Porto Alegre⁸ e registrou as reações, olhares e comentários dos homens direcionados a ela, deixando evidente que o assédio urbano (realizado em local público) contra as mulheres “é comum e precisa ser combatido”, conforme menciona o texto da reportagem. Além do testemunho de Raquel, que afirma na matéria se sentir incomodada e constrangida com os assédios, a reportagem intitulada “Por que ‘secar’ uma mulher na rua transforma uma simples caminhada em constrangimento”⁹ também ouviu a defensora pública, dirigente do Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem), Luciana Artus Schneider, que explicou o que é considerado assédio e esclareceu o significado e as diferenças entre “abuso”, “assédio” e “estupro”. O texto narra o constrangimento sentido por Raquel e problematiza o comportamento masculino considerado pelo senso comum como algo natural. Ao fazer isso, o jornal enquadra a conduta dos homens – seus comentários e seus olhares sobre a estudante – como assédio.

Figura 1: Fotografia, com imagem de Raquel, que ilustra a reportagem publicada pelo *Diário Gaúcho*.



Fonte: *Diário Gaúcho* online (2/6/2016). Foto: Anderson Fetter/Agência RBS.

A matéria registrou 577 comentários, contendo elogios, críticas e desaprovação pela escolha e abordagem do tema. Desta amostra total de comentários, coletados no dia 2 de julho de 2016, foram excluídos desta análise aqueles em que constavam apenas marcações de pessoas, *emoticons* ou *links* para vídeos ou imagens. Essa primeira triagem resultou no *corpus* consolidado de 261 comentários. Destes, apenas 60 manifestavam-se favoravelmente à abordagem da publicação e 201 mostravam-se contrários. Dos 60 comentários elogiosos, que demonstraram estar em consonância com as ideias transmitidas pela matéria, registraram-se principalmente opiniões de leitores que se identificaram com a situação retratada pelo DG. Nota-se o esforço empreendido por alguns comentaristas para explicar aos demais leitores as diferenças entre olhar, “cantar”, assediar e abusar. Relatos de experiências endossam a concordância com o ponto de vista da reportagem, reforçando a gravidade do problema.

Dentre os 201 comentários negativos, registraram-se críticas à reportagem, principalmente por discordarem da ideia de assédio veiculada; por considerarem a roupa que Raquel estava usando (uma calça *legging*) responsável pelas reações masculinas, julgando o posicionamento da reportagem repressivo; por entenderem os olhares dos homens sobre as mulheres como algo normal e próprio da natureza masculina; por considerarem que a reportagem em questão não pode ser considerada jornalismo sério; e ainda, comentários que deslegitimaram a matéria por aliar-se aos ideais do feminismo e a um posicionamento político de esquerda.

Ao abordar os comentários de leitores no espaço jornalístico, nosso estudo dialoga com a pesquisa de Sampaio & Barros (2012), que analisa os possíveis efeitos sociais e democráticos advindos dos comentários dos leitores na internet; com a investigação de Teixeira (2014), que verifica a relação entre usuário e jornal no ciberespaço; e com Carvalho & Mitozo (2016), que investigam a manifestação de internautas a respeito das eleições presidenciais de 2014 no Brasil. Outros estudos desenvolvidos na mesma perspectiva evidenciam que o discurso dos leitores nos comentários pode ligar-se ao jornalismo por meio de emoções, como raiva, desprezo, medo ou satisfação (Benetti & Reginato, 2014), podem movimentar o imaginário e os sentidos do real e da ficção (Benetti & Dalmaso, 2014), ou ainda, produzir sentidos ligados ao ódio e preconceito de gênero (Stocker & Dalmaso, 2016).

É notório que a capacidade interativa do jornalismo online

permite que a audiência tenha um papel muito mais significativo na avaliação das notícias do que anteriormente (Shoemaker et. al., 2010). Neste cenário em que mais atores passaram a tomar parte do processo de produção e circulação das notícias, as opções de feedback instantâneo e participação ativa do público demandou um reposicionamento das organizações jornalísticas (Heinrich, 2011) que agora precisam lidar com a intensa interatividade e os milhares de comentários postados todos os dias pela audiência, alguns poucos com contribuições interessantes e muitos com insultos e mensagens de teor racista ou xenófobo (Masip, 2011). Cabe sublinhar que, embora a reportagem tenha gerado engajamento e diálogo entre os leitores no espaço destinado aos comentários, o jornal não se manifestou, não mediu e não interferiu na conversação em rede que se estabeleceu entre os comentaristas. A manifestação do jornal se deu apenas no dia seguinte, por meio da publicação de uma segunda matéria intitulada “Comentários dos leitores mostram por que é importante falar sobre a cultura do assédio”¹⁰. Mantendo-se em seu espaço institucionalizado, o jornal selecionou comentários de leitores e pediu para que especialistas discutissem o conteúdo das mensagens. Omitindo a identidade dos comentaristas, o jornal reproduziu sete *prints* de comentários e um e-mail recebido pela repórter, procurando sublinhar posicionamentos machistas, sexistas e preconceituosos desses leitores. Essa segunda publicação gerou 177 comentários, demonstrando o engajamento dos leitores na conversação. Mais uma vez, a maioria deles (79% da amostra) posicionou-se de forma contrária à abordagem da reportagem. O *Diário Gaúcho* não deu continuidade ao debate ou interagiu com os leitores, mantendo suas manifestações apenas no espaço institucionalizado das reportagens.

Para realizar a análise dos sentidos advinda da relação texto-leitor proposta neste artigo, vamos priorizar os comentários contrários (77% da amostra) que continham argumentos e/ou teceram considerações sobre a temática da reportagem e sua abordagem. Estes comentários foram analisados e deram origem a quatro núcleos de sentido, localizados a partir do mapeamento das sequências discursivas (SDs) mais significativas, referentes aos comentários examinados. Após esse mapeamento, procuramos observar e problematizar a argumentação presente no discurso dos leitores. Em vista dos objetivos propostos, não focalizamos o “quem diz”, mas sim aquilo que está sendo dito, aquilo que pode e deve ser dito em determinado lugar e contexto histórico específico,

que está na superfície dos discursos que circulam em nosso tempo (Foucault, 1971). Numa perspectiva epistemológica de gênero, não julgamos necessário demarcar a identidade dos leitores, visto que as convenções de gênero e os valores sociais hegemônicos independem dos corpos e das vivências dos indivíduos, sendo estruturais na sociedade. Os núcleos de sentido e suas respectivas SDs, com a grafia mantida do original dos comentários publicados na página do DG, serão apresentados a seguir.

5.1 Culpabilização da vítima

Esse núcleo de sentidos reúne 53 comentários de leitores que consideram que os casos de assédio flagrados pela reportagem do DG só aconteceram por culpa da roupa que Raquel estava usando (uma calça *legging*), além de considerar que as mulheres gostam e querem receber “elogios” e sabem que ao vestir determinadas roupas irão chamar atenção e gerar olhares e comentários dos homens. Há também o registro da ideia de que as mulheres devem “se dar o respeito” e se vestir de forma “adequada” para não sofrer assédio, como mostram as sequências discursivas a seguir (com grifos das autoras):

[SD135] Quando a loja expõe a mercadoria é porque quer vender!

[SD137] *Eu trabalho no centro. De vista, conheço essa moça. Ela SEMPRE usa roupas chamativas. E, um dia, no banheiro do shopping praia de belas no piso superior, perto dos caixas eletrônicos, ela estava se mostrando. Quando a gente sai do banheiro dos homens, passa pela entrada do feminino e dá pra ver as pias, e ela estava se “ajeitando” na frente do espelho, puxando a calça pra cima e fazendo de tudo pra chamar a atenção dos homens e ela é muito bonita mesmo, mas sem essa de ser santa. [...]*

[SD141] Empacotada a vácuo com qual a intenção? Qual é a intenção de quem quer ser atraente? Eu me sinto violentado no meu íntimo quando vejo uma jovem assim. E o que as mulheres pensam a respeito? “Problema é teu, olha, baba e não faz nada, porque eu tenho direito de me vestir assim”. Será que ela sabe como funciona a natureza masculina. Será que ela sabe que para nós homens ela está pelada. Sim, porque colan, ralabela, leguem,.... deixam tudo em cima. Valorizam o corpo e as mulheres ficam mais gostosas do que peladas, cheias de estrias e celulite. Valoriza o que tem de melhor, já que a cara não ajuda. De qualquer forma acho nojento meter a mão com uma mulher. Mas deixar o açucareiro aberto e colocar a culpa na formiga é irracional.

[SD142] *Será que ela preferia ser uma gorda feia que nenhum homem olha? Aposto que não! Aposto que ela obtém muita*

validação e auto estima toda vez que sai na rua vestida assim. Elas gostam da atenção que recebem.

[SD150] Sou mulher, e digo com certeza, que toda mulher que se veste desta maneira, um pouco vulgar na minha opinião, quer ser secada sim. O Homem vai olhar, até as mulheres olham! Não precisa dizer palavão ou coisas deste tipo, mas que vai secar vai!

A questão da culpabilização da vítima deve ser interpretada sob uma perspectiva histórica. Segundo Daniella Coulouris (2010), é necessário observar a relação que se construiu historicamente entre as mulheres e a verdade para compreender a naturalização da desconfiança em relação à palavra da mulher. Sendo consideradas representantes do mal na Terra, seres perversos, subversivos e mentirosos por natureza, historicamente inúmeros discursos elaborados por teólogos, médicos e juristas, excluíram violentamente as mulheres de serem consideradas sujeitos de verdade. De acordo com a autora, a desconfiança em relação ao testemunho das mulheres é bem anterior ao princípio jurídico de inocência do réu (Coulouris, 2010, p. 12). Em meados do século XVII, por exemplo, o crime de estupro era tratado como um pecado sexual do homem, que cedia à tentação representada pelas mulheres. A autora relembra que uma construção teórica, atravessada por antigos discursos e representações sobre as mulheres e a verdade, delimitou os objetivos do procedimento central de investigação em casos de estupro, tornando possível considerar apenas determinadas mulheres como sujeitos de verdade: era preciso distinguir quais mulheres, entre todas as outras, adequavam-se ao propósito da punição; distinguir sobre quais mulheres a ofensa caracterizaria estupro; atribuir a veracidade a algumas vítimas em detrimento de outras. A instrumentalização do trinômio comportamento adequado–credibilidade–verdade, a partir do final do século XIX, caracterizou os jogos de verdade que pretendiam atribuir, conforme determinados critérios, veracidade aos discursos dos indivíduos.

É possível identificar as marcas destes discursos históricos sobre as mulheres nos comentários dos leitores. Ainda que se trate de uma discussão sobre assédio, o julgamento que recai sobre a vítima e não sobre os agressores e as diferentes formas de culpabilizá-la podem ser identificadas nas SDs 137, em que o comentarista afirma conhecer a moça e garante que ela faz “de tudo para chamar a atenção dos homens”; SD141, em que o comentarista questiona: “Será que ela

sabe como funciona a natureza masculina?"; SD142, que afirma que "elas gostam da atenção que recebem" quando saem vestidas "assim" ou ainda, SD150, que garante que mulheres que se vestem "desta maneira, um pouco vulgar, (...) quer ser secada sim".

5.2 Naturalização do assédio/instinto

Foram agrupados neste núcleo de sentido 69 comentários de leitores que enquadram os assédios retratados pela reportagem como algo naturalizado e imutável, sendo fruto do instinto do homem heterossexual. Para esses leitores, não olhar para a mulher retratada pela reportagem seria sinônimo de homossexualidade e a abordagem do jornal estaria reprimindo e criminalizando a natureza do homem:

*[SD55] Tá bom, não olhemos mais bundas e fiquemos todos viados. **Nádegas como a dá linda mulher que acima participou da reportagem, são patrimônio cultural de nossa Nação.** Pelamor... A maioria está ficando imbecil ou é impressão minha. Vão t n c seus esquerdistas de m que querem impor a ditadura do politicamente idiota.*

*[SD23] Mas também, **olha o naípe da gostosa!** A visão de uma mulher dessa **mexe com qualquer homem que tenha testosterona, apenas gays não se sentiriam atraídos por uma mulher dessa.** E na boa, mulher quando se veste assim é por que está querendo ter o ego inflado mesmo, elas fingem que não mas no fundo adoram cada olhada e cada mexida. Não adianta, **nenhum feminismo do mundo vai fazer com que as mulheres deixem de ser objetos sexuais dos homens.** É a nossa natureza e nada vai mudar isso.*

*[SD35] Olha do jeito que a coisa anda, **só se todo mundo virar GAY. Não existe a possibilidade de não virar o peçoço com uma morena dessas***

*[SD184] **O macho de todas as espécies tem o mesmo tipo de comportamento de tentar espalhar o seu DNA ao máximo que for possível.** Sim somos seres pensantes e com códigos de ética que vão até a esquina, ou até o próximo decote ou bunda destacada. O limite é de cada um, de cada macho.*

*[SD185] Secar é deselegante com certeza. Mas olhar é perfeitamente normal. Será que isso não vai ser mais possível? Daqui uns dias vão dizer que Flerte é Assédio. **Estão reprimindo o natural instinto masculino.***

Compreender a violência sexual em suas mais variadas práticas e motivações tornou-se um campo importante de estudo dentro das discussões de gênero. As relações que se estabelecem em um abuso ou assédio estão além dos sujeitos envolvidos, pois trazem implicada uma relação de poder. Saffioti (1995) como citada em Coulouris (2010)¹¹

destaca que, mesmo que a supremacia masculina possua graus e formas distintas de acordo com o momento histórico, ainda vivemos um período marcado pela sua dominação. Assim, pode-se observar nas relações de gênero a representação socialmente construída da posição do homem dominante sobre a mulher submissa e dominada, como reiteram os comentários que atribuem *status* de objeto e bem público ao corpo feminino – dizendo que as nádegas da mulher que participou da reportagem são “patrimônio cultural da nação” (SD55) – ou garantindo que “nenhum feminismo do mundo vai fazer com que as mulheres deixem de ser objetos sexuais dos homens” (SD23). Atribuir determinado comportamento a características que seriam biológicas se encaixa naquilo que Tania Navarro Swain (2001, p. 16) chama de generalizações históricas a respeito das relações mulheres/homens: “fruto de um positivismo anacrônico que se fundamenta apenas na afirmação de suas premissas: é natural porque é, e sendo assim, sempre foi”. Assim, as mulheres são culpadas por “seduzir” os inocentes homens, que perdem o controle, ou melhor, seguem seus “instintos masculinos” devido à “testosterona” (SD23), necessidade de “espalhar o DNA” (SD184), sendo isso inerente a sua sexualidade e biologicamente explicado:

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal. O essencial não é então, opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/feminino, mas sobretudo identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como “natural”, portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções (Chartier, 1995, p. 42).

Desta forma, a diferença sexual (que é sujeição de umas e dominação de outros) continua a ser inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano e sendo cristalizada por discursos como esses, que a legitimam.

5.3 Relativização do assédio

Foram agrupados neste núcleo de sentido 48 comentários de leitores que relativizaram a gravidade e a importância do tema abordado pelo jornal. Há uma tentativa de descentralização do assédio como algo estritamente masculino: mulheres que

afirmam que também olham para os homens na rua, leitores que relembram que o assédio feminino contra os homens também existe e que as mulheres lésbicas também podem assediar outras mulheres. Além de apontar para essas falsas simetrias, alguns comentários relativizam a gravidade com que o tema é tratado e se posicionando contra a criminalização do assédio, pois acreditam que olhar e “elogiar” seja natural e que as mulheres esperam por essa “iniciativa” do homem:

[SD61] Até eu que sou mulher e hétero se vejo uma mulher exuberante na rua EU olho! E se eu e meu esposo estamos na rua e na nossa frente passa uma mulher exuberante NÓS olhamos!!! Se passa um homem “bombado” na rua até os homens olham!!! Isso não é da natureza masculina, é da natureza humana. [...]

[SD84] as mulheres acham que nós homens, por sermos mais fisicamente mais fortes, não temos medo de andar sozinhos em determinadas situações também? Ou seja, o mundo é perigoso não só para as mulheres, vamos parar com este vitimismo!)? Hum?

[SD86] Conheci minha mulher assim. Na fila de um buffet no intervalo do almoço. Bonita sem ser vulgar, educada e simpática. **Se eu não a tivesse “assediado” provavelmente ainda estaria solteiro.** E, pra quem acredita em destino, eu sempre almoçava naquele shopping. Ela, não. Aquele encontro foi totalmente casual. Começou um namoro, depois noivado, casamento, filhos. Poxa, faz 25 anos que aconteceu. Estamos juntos até hoje.

[SD93] Isso não é cantada, não confunda. Isso é bagacerice pura. E um cara que possui interesse verdadeiro em uma mulher para adquirir seu respeito jamais falaria isso. Por sinal, a maior reclamação das mulheres atualmente sobre os homens é q não possuem INICIATIVA!! Eai, como fica????

[SD95] E se fosse um sapatão assediando outra mulher? Tenho certeza que o assédio entre mulheres não entra na pauta das feministas e sequer é considerado assédio. Muito mimimi

A relativização do assédio pode ser observada nos comentários dos leitores principalmente por meio da falsa simetria empregada para neutralizar a gravidade da pauta proposta pelo jornal. O conceito de “falsa simetria” explica por que uma atitude não tem a mesma consequência quando realizada por atores diferentes de uma relação, quando desconsideradas as relações de poder que atuam sobre os diferentes sujeitos. Neste caso, o machismo e a opressão de gênero que são estruturais na sociedade são desprezados pelos leitores, os quais procuram equiparar os assédios sofridos por homens e mulheres como se os efeitos e consequências se dessem da mesma forma.

Ao afirmar que é mulher e também olha e que “quando passa um homem ‘bombado’ na rua até os homens olham” (SD61), a leitora apaga as diferenças e as consequências que esse tipo de assédio tem para as mulheres. Segundo a pesquisa “Chega de Fiu-Fiu”, da Organização não Governamental *Think Olga*, realizada com 7.762 participantes, 99,6% delas afirmaram que já foram assediadas; 83% disseram não gostar de receber cantadas na rua; 81% já deixaram de fazer alguma coisa (ir a algum lugar, passar na frente de uma obra, sair a pé) e 90% já trocou de roupa por medo do assédio. Esses dados reforçam o quanto esse problema é estrutural e cultural e acarreta consequências bastante específicas para as mulheres, além de ser algo presente em suas rotinas, provocando inclusive mudanças de comportamento. Dizer que “o mundo é perigoso não só para as mulheres” (SD84) é ignorar os diferentes níveis de riscos aos quais estão expostos homens e mulheres. Além da violência que também atinge os homens, as mulheres estão expostas a outros perigos, como o próprio estupro. Pesquisa realizada em 2016 pelo Instituto Datafolha, a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelou que 67% da população tem medo de ser vítima de agressão sexual. Entre as mulheres, o percentual sobe para 90%. Trazer à tona um caso específico, como a SD86, que diz que provavelmente “ainda estaria solteiro” se não tivesse “assediado” a sua mulher na fila do *buffet* ou desqualificar a abordagem da reportagem por considerar que as mulheres querem iniciativa dos homens (SD93), por exemplo, é desconsiderar que a mesma ação de “assédio” tem pesos diferentes porque os envolvidos no debate não gozam dos mesmos privilégios em termos sociais.

5.4 Desqualificação do jornalismo

Este núcleo de sentidos reúne 31 comentários de leitores que fizeram críticas à abordagem da matéria do jornal, desqualificando o trabalho jornalístico como “ideológico”, “sensacionalista”, “hipócrita”, “bobagem” e “manipulado”, além de associar os jornalistas, o jornal e a empresa ao governo ou a correntes de pensamento ou posicionamento político de esquerda – movimentos sociais, feminismo e movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

[SD116] *Beleza, mas e as mulheres seminuas que o digníssimo diário coloca na capa e miolo do jornal, como objeto, pra atrair tarados, também é "cultura do estupro" ou só hipocrisia mesmo? **A sociedade está essa porcaria por causa da manipulação de esquerda, não por conta de cultura disso ou daquilo.***

[SD122] *Só pelo fato de tratarem todos os homens como potenciais abusadores é que se vai embora qualquer possibilidade de dar certo esta campanha. **Comecem a baixar a bola e colocar as coisas em termos mais razoáveis** que então poderá haver melhoria. Do contrário, **continuarão as feministas esperneando e se lamentando...***

[SD198] *Eu acho que isso faz parte do **PROCESSO DE HOMOSSEXUALIZAÇÃO EM MASSA**, levado a efeito pela Rede Globo e suas afiliadas, o qual segue a pleno vapor.*

[SD195] *[...] sou totalmente a favor de campanhas de conscientização e luta contra o estupro, que julgo um crime hediondo, mas **a RBS já está (como sempre) fazendo sensacionalismo...***

[SD201] *ok, mas será mesmo que a **RBS quis fazer uma matéria séria?** Não me parece. O **jornalismo sério está em extinção.***

Como já dito, os temas abordados pelo jornalismo não estão apartados dos conceitos vigentes da sociedade da qual fazem parte (Correia, 2011). Mesmo atento à novidade e aos movimentos da atualidade, o jornalismo tende a reproduzir os valores sociais que são consensuais e isso explica porque determinados assuntos, por serem muito controversos, não costumam ser discutidos de forma mais recorrente pelos veículos noticiosos. Para Traquina (2002), o campo jornalístico prioriza a cobertura de acontecimentos e deixa de lado as problemáticas, evitando abertura a temas que podem ir contra a natureza consensual da sociedade: "Dentro desta esfera, os jornalistas não se sentem compelidos a apresentar pontos de vista opostos e, na verdade, sentem frequentemente como sua responsabilidade agir como advogados ou protectores cerimoniais de valores de consenso" (Traquina, 2002, p. 195).

Dado esse contexto, compreende-se porque a instituição jornalismo ganha centralidade na argumentação dos comentários deste núcleo de sentido, demonstrando a consciência dos leitores em relação ao contrato de comunicação firmado com o jornalismo. Esse contrato pressupõe que o público confie nas notícias ou na reconstrução discursiva do mundo (Franciscato, 2005) e tem como premissa a capacidade de fazer crer do jornalismo de que aquilo que ele diz a respeito dos fatos e acontecimentos se constituem em verdades, de que fazem parte da realidade (Charaudeau,

2006). Além de questionar a seriedade da matéria (SD109 e SD201), chamar o DG de “sensacionalista” (SD195) e “hipócrita” por trazer diariamente fotos de mulheres seminuas na capa (SD116), os leitores associam negativamente a abordagem da reportagem ao movimento feminista (SD122) e LGBT (SD198), classificando-a como ideológica e manipuladora. A quebra na reprodução dos valores consensuais e a decisão de adentrar na problemática do assédio provocaram nos leitores uma reação negativa, justamente porque o jornalismo não costuma abrir espaço para discutir assuntos controversos em suas pautas.

6 Jornalismo, leitores e disputa de sentidos

A violência contra a mulher, problematizada pelo jornal *Diário Gaúcho* por meio da reportagem que aborda o assédio, consiste em um fenômeno de enorme complexidade e de raiz ainda muito profunda dentro da estrutura social. A chamada “cultura do estupro”, que culpabiliza as vítimas e naturaliza o comportamento dos agressores, continua sendo fortemente disseminada e cristalizada nas relações sociais mais cotidianas. Nessa direção, capturar os sentidos que decorrem da relação entre os leitores e o texto jornalístico que propõe novos mapas de significado a respeito da temática de gênero mostra-se produtivo para pensar sobre aquilo que pode e deve ser dito em nossa sociedade nesse momento histórico particular.

Ao abordar a temática do assédio, o *Diário Gaúcho* rompe a lógica e a regularidade da produção de sentidos do senso comum. O público reage de forma expressiva e imediata frente aos novos mapas de significado, manifestando-se contrário à abordagem (77% da amostra) e expressando sentidos ligados à culpabilização da vítima, à naturalização do assédio/instinto, à relativização do assédio e à desqualificação do jornalismo. Embora não tenha se manifestado no espaço dos comentários, o *Diário Gaúcho* produz uma segunda reportagem em resposta à massiva manifestação dos leitores, trazendo a voz de especialistas e estatísticas sobre assédio e violência contra as mulheres para responder algumas das argumentações. Mais uma vez, a maioria deles (79% da amostra) posicionou-se de forma contrária à abordagem da reportagem, culpabilizando a

vítima, naturalizando e relativizando o assédio e questionando a qualidade do jornalismo.

Essas duas reportagens representam movimentos significativos no jornalismo, pois tensionam os mapas de significado sobre gênero com os quais o público e o próprio jornalismo estão habituados. A abordagem do DG assume ainda mais importância por se tratar de um jornal popular, com forte vínculo com o leitor (Amaral, 2006). O próprio movimento de publicar a segunda matéria e responder aos comentários também é significativo visto que, de modo geral, observa-se que o jornalismo abre espaço para os leitores, mas raramente faz a mediação ou intervém naquilo que está sendo dito pelo público.

A análise dos sentidos realizada evidencia construções histórico-culturais sobre gênero e papéis socialmente reservados ao feminino e ao masculino, provenientes de outros discursos, que seguem sendo consolidadas no espaço de fala dos leitores. Nessa conformação, importa lembrar que tanto o dizer como o interpretar são afetados por sistemas de significação e por isso o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade em um processo de contínua e mútua interferência (Benetti, 2007). Se o discurso jornalístico é pleno de possibilidades de interpretação, considerar a interação texto/leitor no espaço dos comentários mostra-se produtivo para compreender os sentidos que estão em circulação na sociedade em um determinado momento histórico, principalmente tratando-se de temáticas que rompem a “ordem do discurso” (Foucault, 1971) e colocam em disputa sentidos cristalizados social e culturalmente. É nessa ação de se manter atento a este espaço de interação que o jornalismo poderá seguir se construindo, num diálogo crítico com a cidadania e com os seus leitores, como um instrumento de combate à violência e às desigualdades.

NOTAS

- 1 A *Think Olga* é uma Organização não Governamental feminista criada em 2013 com objetivo de, por meio da informação, abordar temas importantes ligados ao feminismo e fomentar o debate público sobre esses temas. O “Chega de Fiu-Fiu” é um dos projetos da ONG, uma ampla campanha de combate ao assédio sexual em espaços públicos. Disponível em: <https://thinkolga.com/>.

- 2 O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é aplicado anualmente pelo governo federal brasileiro para avaliar o desempenho do estudante que concluiu o ensino médio. A nota no exame é utilizada por dezenas de instituições de ensino superior para selecionar novos alunos. Conforme dados do governo, em 2017 mais de seis milhões de candidatos se inscreveram.
- 3 Por que falamos de cultura do estupro? ONU Mulheres. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>. Acesso em: agosto de 2017.
- 4 Fundado há 127 anos, o Colégio Anchieta é uma instituição de ensino privado, sediada em Porto Alegre (RS). Mantido pela Associação Antônio Vieira, de origem jesuíta, oferece ensino infantil, fundamental e médio atendendo a cerca de três mil alunos. Em fevereiro de 2016, alunas entre 13 e 17 anos movimentaram-se contra uma das regras de vestuário do colégio, proibindo o uso de shorts no ambiente escolar. Uma petição online intitulada “Vai ter shortinho, sim” foi criada para obter apoio ao movimento que teve intensa repercussão na internet.
- 5 Em maio de 2016, uma jovem de 16 anos foi estuprada por pelo menos cinco homens numa comunidade da zona oeste do Rio de Janeiro (RJ). Imagens da menina nua e desacordada foram divulgadas na internet, com o autor do vídeo dizendo que os agressores eram mais de 30; a repercussão do caso provocou tanto a revolta contra os criminosos como também insultos e xingamentos à jovem violentada, que ficou um ano sob a guarda do Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçado de Morte do governo federal.
- 6 Os dados são do Grupo RBS, disponíveis em <http://comercial.gruporbs.com.br/veiculos/diario-gaucha/>. Acesso em: julho de 2016 e do IVC Fev. 2015 |Estudos EGM Marplan – Poa E GdePoa Jan a Dez 14| ComscoreFev 2014. Caracterizado como um jornal direcionado ao segmento popular, o *Diário Gaúcho*, pertencente ao Grupo RBS, fundado em abril de 2000 para atender ao público das classes C, D e E de Porto Alegre e região metropolitana.
- 7 O Grupo Rede Brasil Sul, RBS, surgido em 1957, é uma das cinco maiores empresas de mídia do Brasil. Possui uma emissora de televisão (a RBS TV, maior afiliada da Rede Globo de televisão), três jornais impressos e cinco emissoras de rádio, que são líderes do mercado de mídia do Rio Grande Sul. Além da área de comunicação, a RBS também atua no setor de mobile, mídia digital e tecnologia e e-commerce segmentado.

- 8 Rio Grande do Sul é o maior estado da região Sul do Brasil, com população de 11,2 milhões conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, é a 10ª cidade mais populosa do País com 1,4 milhão de habitantes, de acordo com o IBGE.
- 9 Por que “secar” uma mulher na rua transforma uma simples caminhada em constrangimento. *Diário Gaúcho*. Porto Alegre: 2 jun. 2016. Disponível em: <http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2016/06/por-que-secar-uma-mulher-na-rua-transforma-uma-simples-caminhada-em-constrangimento-5824351.html>. Acesso em: 07 de junho de 2016.
- 10 Comentários dos leitores mostram por que é importante falar sobre a cultura do assédio. *Diário Gaúcho*. Porto Alegre: 3 jun. 2016. Disponível em: <http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2016/06/comentarios-dos-leitores-mostram-por-que-e-importante-falar-sobre-a-cultura-do-assedio-5825516.html>. Acesso em: 07 jun. 2016.
- 11 Saffioti, H.& Almeida, S. (1995). *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.

REFERÊNCIAS

- Alsina, M. (1989). *La Construcción de la Noticia*. Barcelona: Paidós.
- Amaral, M. F. (2006). *Jornalismo popular*. São Paulo: Contexto.
- Benetti, M. (2016) Análise de Discurso como método de pesquisa em comunicação. In: C. P. Moura & M. I. V. Lopes. (Orgs.). *Pesquisa em Comunicação Metodologias e Práticas Acadêmicas* (pp. 235-256). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Benetti, M. (2007). Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: C. Lago & M. Benetti (Orgs.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo* (pp. 107-122). Petrópolis: Vozes.
- Benetti, M. & Dalmaso, S. (2014). Jornalismo, imaginário e leitores: os sentidos do real e da ficção sobre o avião desaparecido da Malaysia

Airlines. *Verso e Reverso*, (28), 69, pp. 166-173.

Benetti, M. & Reginato, G. (2014) O vínculo emocional do leitor ao jornalismo: estudo da revista *Veja* no Facebook. *Revista Famecos: mídia cultura e tecnologia*. (21), 3, pp. 878-896.

Benetti, M. (2008). O jornalismo como gênero discursivo. *Galáxia*, (15), pp. 13-28.

Bonetti, A. (2007). *Não basta ser mulher, tem de ter coragem*. Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo popular e o campo político feminista de Recife – PE. Tese de doutorado. Unicamp, Campinas.

Bradshaw, P. (2014) Instantaneidade: efeitos da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição. In: J. Canavilhas. (Org.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença* (pp. 111-135). Covilhã: LivrosLabcom.

Bruns, A. (2014). Gatekeeping, gatwatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o Jornalismo. *Brazilian journalism research*. (10), 2, pp. 119-140.

Canavilhas, J. (Org.) (2014). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: LivrosLabcom.

Carvalho, F. C. & Mito, I. B. (2016). Novos ambientes, mesmas funções: o jornalismo profissional fomentando o debate sobre eleições nas redes sociais digitais. *Brazilian journalism research*. (12),3, pp. 78-101.

Charaudeau, P. (2006). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.

Chartier, R. (1995). Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu* (4), pp. 37-47.

Correia, J.C. (2011). *O admirável mundo das notícias*. Teorias e Métodos. Covilhã: LivrosLabCom. Recuperado de http://www.labcom-ifp.ubi.pt/publicacoes/201509031123-o_admir_vel_mundo_das_not_cias_2011_.pdf.

Colouris, D. G. (2010). *A desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro*. Tese de doutorado. Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Foucault, M. (1996) [1971]. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

Foucault, M. (2007) [1969]. *A Arqueologia do saber*. (7a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Franciscato, C. (2005). *A fabricação do presente: como o jornalismo*

reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS.

Gomes, W. (2009). *Jornalismo, fatos e interesses*. Ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular.

Gomis, L. (2004). Os interessados produzem e fornecem os fatos. *Estudos em jornalismo e mídia* (1), 1, pp. 102-110.

Grossi, M.P. (1998). Identidade de gênero e sexualidade. In: *Antropologia em 1ª mão*, Florianópolis, UFSC/PPGAS.

Guerra, J. L. (2008). *O percurso interpretativo na produção da notícia*. São Cristóvão: Editora UFS.

Hall, S. et al. (1999). A produção social das notícias: o “mugging” nos media. In: N. Traquina (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. (2a ed.) (pp. 224-248). Lisbon: Vega.

Heinrich, A. (2011). *Network journalism: journalistic practice in interactive spheres*. New York: Routled.

Louro, G.L. (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.

Louro, G.L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

Masip, P. et al. (2015). Audiencias activas e periodismo ¿ciudadanos implicados o consumidores motivados? *Brazilian journalism research*, (1), 1, pp. 240-261.

Masip, P. (2011). Comentarios de las noticias: la pesadilla de los cibermedios. *Anuario ThinkEPI*. (5), pp. 106-111.

Orlandi, E. P. (2007). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.

Rago, M. (2004). Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In C. L. Costa & S. P. Schmidt (Orgs.). *Poéticas e Políticas Feministas* (pp. 31-42). Florianópolis: Editora das Mulheres. Acesso em: http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Feminismo_e_subjetividade.pdf.

Schudson, M. (2010) *Descobrimo a notícia*. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis, RJ: Vozes.

Shoemaker, P.J et al. (2010). Os leitores como gatekeepers das notícias on-line: Brasil, China e Estados Unidos. *Brazilian journalism research*, (6), 1, pp. 58-83.

Stocker, P. & Dalmaso, S. (2016). Uma questão de gênero: ofensas

de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. *Revista estudos feministas*, (24),3, pp. 679-690.

Swain, T.N. (2001). *Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas "femininas"*. São Paulo em Perspectiva, 15(3).

Teixeira, M. O. (2014). A interação usuário x jornal em um site de redes social: indícios de uma mudança. *Brazilian journalism research*, (10),1, pp. 192-207.

Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Veiga da Silva, M. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: Modos de produção das notícias*. Florianópolis: Insular.

Pâmela Caroline Stocker é jornalista, mestra e doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS. Integrante do coletivo Gemis - gênero, mídia e sexualidade
Email: pamelastocker@gmail.com

Silvana Copetti Dalmaso é professora do Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG), em Caxias do Sul (RS). Jornalista, mestra em Comunicação Midiática pela UFSM, doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS.
Email: silvana.dalmaso@gmail.com

RECEBIDO EM: 04/09/2017 | ACEITO EM: 12/02/2018